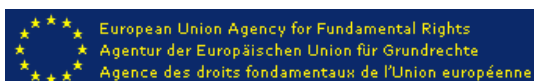


EUROPA**Direitos das crianças: uma prioridade**

A Agência dos Direitos Fundamentais apresentou um relatório sobre “O desenvolvimento de indicadores para protecção, respeito e promoção dos direitos das crianças na União Europeia”. O relatório propõe uma série de indicadores que permitem “medir” os direitos das crianças por toda a União Europeia.

O director da Agência, Morten Kjaerum declarou que “A situação de muitas crianças pela Europa fora é muito



preocupante, com 1/5 em risco de pobreza. Muitas são vítimas de violência no seio da família ou da comunidade, enquanto as que pertencem a grupo de minorias são frequentemente alvo de discriminação na educação. Existem crianças que continuam a ser traficadas dentro dos Estados Membros da União Europeia. Proteger as nossas crianças deve ser uma prioridade para todos nós”.



http://fra.europa.eu/fraWebsite/home/home_en.htm

Reforço da ajuda alimentar às pessoas mais necessitadas na UE

O Parlamento Europeu votou, no mês de Fevereiro, uma proposta sobre a distribuição de géneros alimentícios às pessoas mais necessitadas na União Europeia. Os eurodeputados propõem o financiamento integral pela UE dos programas de ajuda alimentar, dado que alguns Estados-Membros não poderão participar no regime se forem aplicadas taxas de co-financiamento, como proposto pela Comissão Europeia. A proposta visa também alargar a gama dos produtos distribuídos no quadro do programa.

A União Europeia deve assegurar a totalidade do financiamento dos programas de ajuda alimentar. É esta a posição do Parlamento Europeu, consultado sobre a proposta. Os eurodeputados discordam das taxas de co-financiamento comunitário propostas pela Comissão Europeia (para o plano de 2010/2012 seriam de 75% e de 85% nos Estados-Membros da Coesão e, a partir do

plano de 2013/2015, seriam de, respectivamente, 50% e 75%).

Segundo dados do Eurostat, em 2006 havia quase 79 milhões de pessoas em risco de pobreza na UE-25, das quais 43 milhões corriam risco de subnutrição. Deste grupo fazem nomeadamente parte os sem-abrigo, as famílias em dificuldades, os desempregados, as famílias monoparentais, os migrantes, os candidatos a asilo, os idosos socialmente desfavorecidos e as crianças com deficiência.

Os dados disponíveis revelam que, em 2006, cerca de 13 milhões de pessoas de 15 Estados-Membros (entre eles Portugal) beneficiaram de medidas de ajuda a título desse programa. Em 2008, 19 Estados-Membros decidiram participar no projecto, dispondo para o efeito de 305 milhões de euros.



Melhorar o acesso ao mercado de emprego por parte dos ciganos

A educação dos jovens deverá ser uma prioridade no combate à pobreza e exclusão social dos ciganos, afirma um relatório de iniciativa do Parlamento Europeu que exige uma estratégia global para a integração da comunidade cigana na União Europeia. Os ciganos são a maior minoria da União Europeia, e continuam a sofrer



vários tipos de discriminação, a ter grandes níveis de pobreza e condições de vida muito baixas.

Educação: uma prioridade

Os jovens ciganos tendem a deixar a escola relativamente cedo "o que prejudica a sua educação" e

compromete a sua integração e as oportunidades no mercado de trabalho. Embora o número de jovens ciganos no ensino secundário e superior tenha aumentado em certos Estados Membros, as suas qualificações continuam baixas, longe da média europeia.

Combater a discriminação e a estigmatização

O Parlamento propõe uma nova directiva para combater a discriminação e considera que a Comissão deverá elaborar programas para eliminar a discriminação e a estigmatização dos ciganos. Além disso, critica os Estados Membros que ainda não ratificaram a Convenção para a Protecção de Minorias, de 1995, do Conselho Europeu.



<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P6-TA-2009-0117+0+DOC+XML+V0//PT&language=PT>

Plataforma integrada para a inclusão dos ciganos

No próximo dia 24 de Abril será lançada a primeira plataforma para a inclusão dos ciganos, numa conferência que se realizará em Praga, e que juntará cerca de 50 peritos na área. A conferência, organizada

pela Comissão e pela Presidência Checa da UE, tem como objectivo principal preparar a Plataforma e comunicar os primeiros resultados desde a Conferência dos Ciganos em Setembro de 2008.



<http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=88&langId=en&eventId=163>

Orientações para as políticas de emprego 2008-2010

Numa resolução de 11 de Março de 2009, o Parlamento Europeu considera que, face à grave recessão mundial e a um aumento previsto do desemprego de, pelo menos, 3,5 milhões na UE até ao final de 2009, os objectivos essenciais da política de emprego para a União e para os Estados-Membros devem consistir em:

- Preservar o maior número possível de postos de trabalho viáveis de um colapso da procura a curto prazo;
- Contribuir para a criação de emprego e apoiar o poder de compra dos trabalhadores

desempregados, e a sua capacidade de voltarem rapidamente a encontrar emprego.

O Parlamento encoraja a Comissão a veicular uma mensagem clara aos Estados-Membros no sentido de que as orientações para o emprego sejam aplicadas neste espírito, bem como conferir prioridade ao emprego, apresentando propostas ao Conselho Europeu de 2009 com vista a uma iniciativa europeia para o emprego, com uma acção coordenada dos Estados-Membros para salvaguardar o emprego e criar novos postos de trabalho.



<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P6-TA-2009-0122+0+DOC+XML+V0//PT&language=PT>

Educação dos filhos de migrantes

A Proposta de resolução do Parlamento de 9 de Março de 2009, chama a atenção para a importância da criação de centros de apoio integrado para imigrantes legais, uma vez que “esses centros permitem aos imigrantes ultrapassar os obstáculos à integração (relacionados com emprego, educação, saúde, etc.) com a ajuda de um profissional”. É também incentivado “o desenvolvimento, nos Estados-Membros, de um modelo de parceria escola - comunidade que permita às

crianças, cujos pais trabalham no estrangeiro, beneficiar de programas de assistência, apoio e aconselhamento por parte da comunidade”.

Na proposta é solicitado aos governos dos Estados-Membros “que assegurem o ensino aos filhos dos migrantes legais, incluindo o ensino das línguas oficiais do país de acolhimento, mas também a promoção da língua e da cultura dos países de origem dessas crianças”.



<http://www.europarl.europa.eu/activities/committees/reportsCom.do?language=PT&body=CULT>

Igualdade de tratamento fora do mercado de trabalho

O Parlamento Europeu votou uma proposta de directiva que proíbe a discriminação entre as pessoas, independentemente da sua religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual, fora do trabalho. Os eurodeputados apresentam várias alterações à proposta da Comissão Europeia, visando reforçar a protecção em domínios como os transportes, a saúde, as telecomunicações, os serviços financeiros, a cultura e o lazer.

A proposta de directiva visa aplicar fora do mercado laboral o princípio da igualdade de tratamento das

pessoas independentemente da religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual.

As diferenças de tratamento com base na idade e deficiência só serão permitidas se forem “objectiva e razoavelmente justificadas”, podendo incluir, por exemplo, “certas condições especiais associadas à idade no que diz respeito ao acesso a determinados bens ou serviços, como sejam as bebidas alcoólicas, as armas ou as cartas de condução”.



http://www.europarl.europa.eu/news/expert/infopress_page/019-53201-091-04-14-902-20090401IPR53200-01-04-2009-2009-false/default_pt.htm

PORTUGAL

Relatório sobre portugueses ciganos

Das audições efectuadas pela Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura – Subcomissão para a Igualdade de Oportunidades e Família sobre portugueses ciganos, “resultou o reconhecimento generalizado e consensual quanto:

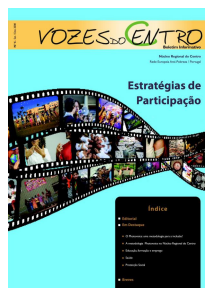
- I. à insuficiente e pouco sistematizada informação relativa a esta comunidade, aliás, heterogénea na sua composição;
- II. à situação de extrema vulnerabilidade e exclusão em que se encontra um número apreciável dos seus membros;
- III. à necessidade de promover uma sistemática e metódica recolha de informação sem a qual não poderão ser equacionadas as medidas necessárias à promoção da sua plena integração”.



O relatório das audições efectuadas encontra-se online no site do Parlamento <http://www.parlamento.pt/sites/COM/Paginas/DetailNoticia.aspx?BID=2622>

REAPN

Publicações REAPN *online* www.reapn.org



DIVULGAÇÃO

Imigração: mitos e factos/ acesso à nacionalidade

A Atlas – Cooperativa Cultura vai promover, com o ACIDI, uma acção de formação sobre “Imigração: mitos e factos/ acesso à nacionalidade”. A formação é gratuita e vai decorrer no dia 27 de Abril no Porto



Tel: 222 030 814 Fax: 222 036 698

Sensibilizar para a mudança II

No âmbito do seu projecto “Sensibilizar para a Mudança II”, a Associação Nacional de Jovens para a Acção Familiar (ANJAF) irá promover várias acções de sensibilização: acção de sensibilização em Igualdade de Género, destinada a agentes envolvidos em processo de intervenção/ desenvolvimento local; acção de sensibilização em prevenção e violência do género, destinada a profissionais de acção social; acção de sensibilização em promoção de competências parentais, destinada a mães/ pais.



Tel: 222 010 381 E-mail: d.norte@anjaf.pt Site: www.anjaf.pt

Centro de Documentação REAPN

A REAPN dispõe de um **Centro de Documentação** que está **aberto ao público** para consulta das 9.30h às 12.30h e das 14.00h às 17.30h. O Centro encontra-se organizado segundo o sistema CDU (Classificação Decimal Universal) e dispõe dos seguintes **serviços**:

- _ Serviço de Leitura;
- _ Pesquisa e Informação Bibliográfica;
- _ Boletim Bibliográfico electrónico (novas aquisições);
- _ Bibliografias Temáticas;
- _ Dossiers Temáticos;
- _ Serviço de Reprografia;
- _ Venda de Publicações REAPN.

Para um serviço mais rápido, os recursos existentes no Centro de Documentação estão disponíveis para pesquisa *online* em <http://www.reapn.org/documentacao.php>.



Armandina Heleno
Tel: 225 420 803 E-mail: armandina.heleno@reapn.org

Divulgação e pedidos de informação

Para a divulgação e solicitação de documentação (todos os documentos mencionados no boletim estão disponíveis no GI) contactar:

Gabinete de Informação da REAPN Tel: 225 420 802 Fax: 225 403 250 Site: www.reapn.org E-mail: angelina.lopes@reapn.org